

**Marinho: maturidade no parlamento e entre governadores é salutar para a reforma**

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

15/03/2019 | 13:41 O secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, acredita que hoje existe uma maturidade maior na sociedade brasileira, refletida no novo Congresso e nos governadores eleitos, que permite esperar uma tramitação normal do projeto de reforma da Previdência. Segundo Marinho, é legítimo o Congresso querer aperfeiçoar o projeto entregue pelo governo, e que é normal utilizar o Orçamento "como inflexão política". "Hoje inclusive os jornais noticiam uma reunião que ocorreu com governadores do Nordeste, que majoritariamente são de oposição, onde eles se dispõem a conversar em relação à reforma que é uma mudança extremamente salutar nesse processo de aprovação da nova Previdência", afirmou Marinho após participar nesta sexta-feira, 15, em seminário promovido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). O secretário referia-se ao encontro da quinta-feira, 14, em São Luís, em que oito governadores do Nordeste, à exceção de Renan Filho (MDB), de Alagoas, defenderam a reforma mas reforçaram em carta críticas contra a atual PEC. Marinho destacou que, pelo grau de deterioração das contas públicas, se não houver reforma agora haverá "uma completa exaustão do governo para resolver as questões da sociedade". Segundo ele, apenas 3,3% dos recursos são discricionários para investir no País em 2019. "Nunca antes houve uma situação como esta no Orçamento brasileiro, e é gradativa, o que quer dizer que no próximo ano, se nada for feito com o déficit previdenciário, vamos ter que tomar mais ainda dinheiro no mercado financeiro, e esse recurso pressiona o Orçamento", explicou. Ele afirmou que apesar de o governo acenar com uma nova maneira de negociar com os parlamentares e governadores é perfeitamente aceitável que o governo utilize o Orçamento para conseguir a adesão de políticos. "É normal em qualquer parte do mundo a utilização do Orçamento como inflexão de políticas públicas do governo que está comandando o País. Essa interlocução política está sendo feita, a base está se formando, e eu acredito firmemente que durante o período de tramitação do projeto na Comissão de Constituição e Justiça, essa base estará formatada e dará segurança para aprovar o projeto", finalizou. Marinho voltou a afirmar que o projeto apresentado pelo governo é o mais justo possível e que visa acabar com os privilégios que vêm sendo concedidos há anos, "é o mais justo possível". Segundo ele, todos os membros da sociedade irão participar e que durante as audiências públicas o processo ficará ainda mais transparente para a sociedade, principalmente quando houver qualquer mudança no projeto original.